

**Procedimento concursal comum para o preenchimento de 3 (três) postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o desempenho de funções no Núcleo de Apoio Jurídico da Divisão de Apoio e Desenvolvimento Organizacional.**

## **PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS**

### **LEGISLAÇÃO**

#### **LEGISLAÇÃO RECOMENDADA PARA AS QUESTÕES DE ENQUADRAMENTO GERAL:**

- Estrutura orgânica da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 28/2012 de 12 de março;
- Estrutura nuclear dos serviços e as competências das respetivas unidades orgânicas da ANSR, fixada pela Portaria n.º 163/2017 de 16 de maio;
- Unidades orgânicas flexíveis da ANSR, definidas pelo Despacho n.º 7759/2017, de 4 de setembro, alterado pelo Despacho n.º 7348/2019, de 20 de agosto;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação;
- Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua atual redação;
- Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública – SIADAP., aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

#### **LEGISLAÇÃO/BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA PARA AS QUESTÕES DE ENQUADRAMENTO ESPECÍFICO:**

- Convenção Sobre a Circulação Rodoviária, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 107/2010, de 13 de setembro de 2010;
- Convenção Sobre a Sinalização Rodoviária, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 92-A/2009, de 28 de setembro de 2009;
- Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio de 1994, na sua atual redação;

## **Anexo I**

**(Ata n.º 1 de 21 de novembro de 2022)**

- Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, na sua redação atual;
- Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, na sua atual redação;
- Regulamento do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto 39987, de 22 de dezembro de 1954, na sua atual redação;
- Regulamento Legal da Habilitação Legal para Conduzir, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, na sua atual redação;
- Regime de inspeções técnicas de veículos a motor e seus reboques, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 144/2012, de 11 de julho, na sua redação atual;
- Regime do Sistema de Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, na sua atual redação;
- Regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril;
- Portaria n.º 311-B/2005, de 24 de março;
- Regulamento Que Fixa os Pesos e as Dimensões Máximos Autorizados para os Veículos em Circulação, aprovado pelo Decreto-Lei nº132/2017, de 11 de outubro;
- Regulamento de Autorizações Especiais de Trânsito, aprovado pela Portaria n.º 472/2007, de 15 de junho, na sua atual redação;
- Transporte coletivo de crianças, aprovado pela Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, na sua redação atual;
- Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
- Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, na sua atual redação;
- Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 207/2005, de 29 de novembro;



## **Anexo I**

(Ata n.º 1 de 21 de novembro de 2022)

- Regime Geral das Contraordenações, aprovado pelo Decreto n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua atual redação;
- Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, na sua atual redação;
- Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, na sua atual redação;
- Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro de 2015, na sua redação atual;
- Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado pela Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, na sua atual redação;
- Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, na sua redação atual;
- Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966, na sua redação atual;
- Lei de Acesso aos Documentos da Administração, aprovada pela Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, na redação atual.

**O Júri,**

**Presidente**

**1.º Vogal**

**2.º Vogal**



